DOI: https://doi.org/10.18309/ranpoll.v57.2093
v. 57, e2093, 2026

revista da anpoll
ISSN 1982-7830

DOSSIÊ

Leitura crítica e letramento racial crítico, uma questão de política linguística para a formação docente na rede estadual de educação de Mato Grosso

Lectura crítica y literacidad racial crítica, una cuestión de política lingüística para la formación docente en la red de educación pública estatal de Mato Grosso

Diego Aureliano[1]
Kleber Aparecido da Silva[2]
Rosemar Eurico Coenga[3]

[1] Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil.
[2] Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
[3] Universidade de Cuiabá, Cuiabá, MT, Brasil.

E-mails: aurelianosilva.diego@gmail.com; kleberunicamp@yahoo.com.br; rcoenga@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho resulta da escrevivência de um professor da rede estadual de Cuiabá que problematiza a insuficiência de políticas públicas educacionais para a formação crítico-reflexiva de professoras e professores de língua portuguesa para as relações étnico-raciais desde o sul global. É realizada a correlação entre termos e conceitos de leitura crítica e letramento racial crítico como fundamentos para uma educação antirracista a partir da perspectiva da linguística aplicada crítica. Para tanto, utilizamos os referenciais Aimé Césaire, Frantz Fanon, Abdias Nascimento, Paulo Freire, bell hooks e Aparecida de Jesus Ferreira. A metodologia utilizada é qualitativa, descritiva e exploratória, de análise documental. Foram analisados documentos sobre formações continuadas ofertadas pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e os Documentos de Referência Curricular, de modo a destacar lacunas na efetiva implementação das Leis 10.639/03 (Brasil, 2003) e 11.645/08 (Brasil, 2008). Resulta que se faz urgente às instituições formativas a apropriação de documentos e leis para refletir sobre a formação docente que lide com as demandas de valorização de identidades plurais, considerando a especificidade de cada ser humano em sua integralidade.

PALAVRAS-CHAVE: leitura crítica; letramento racial crítico; ensino para as relações étnico-raciais; ensino; formação de professores.

COMO CITAR

AURELIANO, Diego; SILVA, Kleber Aparecido da; COENGA, Rosemar Eurico. Leitura crítica e letramento racial crítico, uma questão de política linguística para a formação docente na rede estadual de educação de Mato Grosso. *Revista da Anpoll*, v. 57, e2093, 2026. doi: https://doi.org/10.18309/ranpoll.v57.2093

EDITORAS-CHEFE: Andréia Guerini | Mailce Mota

RECEBIDO: 14/09/2025; ACEITO: 04/08/2026

Este trabalho está licenciado sob a *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMEN: Este trabajo resulta de la *escrevivencia* de un profesor de la red de educación pública estatal de Mato Grosso que cuestiona la falta de políticas públicas educacionales centradas en la formación crítico-reflexiva de profesoras y profesores de lengua portuguesa en el ámbito de las relaciones étnico-raciales desde el sur global. Se establece la correlación entre los términos y conceptos lectura crítica y literacidad racial crítica como fundamentos para una educación antirracista desde la perspectiva de la lingüística aplicada crítica. Para ello, utilizamos los autores y las autoras, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Abdias Nascimento, Paulo Freire, bell hooks y Aparecida de Jesús Ferreira. La metodologia utilizada es con enfoque cualitativo de carácter descriptivo y exploratório, basado em el análisis documental. Se analizó los documentos de las formaciones continuas ofrecidas por la educación pública estatal de Mato Grosso y los Documentos de Referencia Curricular, con el objetivo de destacar lagunas en la efectiva implementación de las leyes 10.639/03 (Brasil, 2003) y 11.645/08 (Brasil, 2008). Se concluió urgente a las instituciones formativas apropiarse de dichos documentos y leyes para reflexionar sobre la formación docente que responda a las demandas de valoración de las identidades plurales considerando la especificidad de cada ser humano en su integralidad.

PALABRAS CLAVE: lectura crítica; literacidad racial crítica; enseñanza de las relaciones étnico-raciales; enseñanza; formación docente.

1 Introdução

O presente estudo é resultado de uma pesquisa que se deu a partir das observações de um professor da Rede Estadual de Educação de Cuiabá, do modo como se dava o tratamento às violências discriminatórias nas escolas estaduais e de como as formações não têm sido capazes de desenvolver uma crítica reflexiva e afetiva a despeito de tais violências.

Surgiu assim, a necessidade de analisar como estão previstos, nas formações ofertadas pela Política de Formação Continuada, conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira no ensino de práticas de leitura em Língua Portuguesa desde concepções teóricas sobre Leitura Crítica, Letramento Racial Crítico e Ensino para as Relações Étnico-Raciais. Utilizamos ainda como aporte teórico a perspectiva da Linguística Aplicada Crítica (LAC) e das Praxiologias decoloniais ou, da esperança.

Entendemos o letramento racial crítico como pressuposto da Educação para as Relações Étnico-Raciais, para tanto, nos fundamentamos nos autores Aimé Césaire (1913-2008), Frantz Fanon (1925-1961) e Abdias Nascimento (1914-2011).

Estabelecidas as perspectivas que temos de linguagem, seguimos para o desenvolvimento da pesquisa com a técnica metodológica análise documental, tratando-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo e exploratório, para analisar as formações continuadas ofertadas na Rede Estadual de Mato Grosso, em sua maioria, via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVADEP).

Analisamos em seguida os documentos normativos estaduais em consonância com as leis 10.639/03 (Brasil, 2003) e 11645/08 (Brasil, 2008). Fomos ao *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso* (Mato Grosso, 2018a, 2018b, 2018c, 2018d, 2021), conjunto de cinco cadernos.

Nota-se a urgência de que as instituições formativas se apropriem dos documentos norteadores e leis para efetivamente formarem professores capazes de lidar com as demandas de uma educação crítica, antirracista, libertadora e comunitária, principalmente, se considerarmos a realidade sócio-histórica e diversa do estado do Mato Grosso, onde a gente de cor é maioria

desde a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, a vila capital de Mato Grosso, em 1752, onde, nas primeiras duas décadas, em um mapa populacional de 1800, essa população era de mais de 90% (Silva, 2014).

Mais que o resultado das reflexões de um professor sobre formação de professoras e professores de língua portuguesa, este trabalho é uma escrevivência, pois é a escrita de uma coletividade, de vozes subalternas, de antes e de hoje, atravessada pelo vivido, sobrevivido, em um movimento agentivo e praxiológico, expressão da experiência do profundo incômodo com o *status quo* (Evaristo, 2020).

2 Revisão da literatura

Nos últimos quarenta anos, no Brasil, a tentativa de redefinição de leitura e leitor, no campo da educação e das linguagens, tem se dado na perspectiva interacionista, onde a leitura é considerada não apenas decodificação, mas elaboração de sentidos, atribuição do leitor que traz consigo saberes prévios, remetendo-nos à concepção de que o texto é sempre inacabado (Kleiman, 2001; Coenga, 2010).

Hoje, temos muito bem definido, que os termos leitor e leitura entrecruzam-se. O primeiro deixa de ser mero receptor e foge ao segundo o poder legislador na elaboração de sentidos. O leitor, agora protagonista, reelabora significados a partir de sua experiência. Esta perspectiva de leitura é chamada de leitura crítica.

No Brasil, a primeira referência é Paulo Freire, tanto em relação à leitura crítica, quanto ao letramento, que até então, anos 1980, recebia o nome de alfabetismo.

Sobre o aparecimento do termo letramento, surge em 1986 com Mary Kato (Kleiman, 1995; Soares, 2009). Concomitantemente, os *New Literacy Studies* apresentam uma transição nas investigações sobre a linguagem escrita, integrando a denominada "virada social", que reconheceu a centralidade dos contextos sociais diversos em sua produção e compreensão.

Como já mencionado, Paulo Freire, uma década antes, já dava à alfabetização as conotações do letramento (Freire, 1987), nas décadas posteriores, o conceito é ampliado e a perspectiva que leva em consideração aspectos socioculturais nas práticas de letramento passa a ser chamada de letramento crítico, tendo como referência, no Brasil, os estudos do britânico, Brian Street, nos anos 1990 (Kleiman, 1995; Lopes, 2016; Street, 2014).

Hoje, temos o Letramento Racial Crítico, termo inaugurado por Aparecida de Jesus Ferreira (Ferreira; Gomes, 2019), atrelado de modo intrínseco à Linguística Aplicada Crítica e à Teoria Racial Crítica. O conceito de raça passa a fazer parte das narrativas do cotidiano, expressas nas experiências individuais trazidas para a coletividade, evidenciando a maneira como a questão racial controla o sistema que manipula a brancos e negros. Desta feita, o resultado seria desenvolver instrumentos pedagógicos capazes de habitar os espaços escolares, favorecendo a construção de identidades (Ferreira, 2014, 2019, 2022; Ferreira; Gomes, 2019).

Importa então que a leitura crítica seja praticada pelas instâncias formativas de professores, não sendo suficiente apenas políticas de alfabetização. Cabe ainda às instâncias formativas, fortalecer o compromisso com as práticas das escolas reais, ouvindo e falando numa linguagem que seja acessível aos professores reais, mais do que o compromisso com o discurso institucional (Kramer, 2002).

O papel da leitura crítica e do letramento racial crítico para uma educação antirracista é instrumentalizar os educadores, os estudantes e a sociedade como um todo, no anseio por práticas de linguagem questionadoras contra as injustiças sociais e a favor da equidade (Ferreira, 2015).

A Linguística Aplicada Crítica (doravante LAC) está conectada, diretamente, aqui, à práxis freiriana ou da libertação (Freire, 1979), e se relaciona imediatamente à desconstrução e contradição das epistemologias hegemônicas, eurocêntricas, por isso, decoloniais. É um conjunto de ações filosóficas, analíticas e interventivas que não dissocia teoria e prática (Guimarães; Silva, 2024; Guimarães; Matias; Silva, 2023).

A grande síntese das perspectivas praxiológicas e da LAC adotadas neste trabalho entende que a linguagem tem papel proeminente na desconstrução da dicotomia teoria-prática e no estabelecimento de uma relação dialética entre teoria-ação-reflexão, entrelaçando os domínios da vida do educador e dos educandos (Guimarães; Matias; Silva, 2023), cujo grande desafio é engajar a grande população nos processos comunicativos (Nunes; Silva, 2022).

Letramento racial crítico como pressuposto de uma educação para o combate ao racismo é desafiar atuais e futuros professores a ampliar suas perspectivas socioculturais num movimento de reflexão levada à sala de aula, de modo a sensibilizar o estudante a respeito de assuntos como "família, raça, etnia, gênero, classe, sexualidade e idade" (Ferreira, 2024 p. 36).

No Brasil, ao longo de sua história, constituíram-se mecanismos intersubjetivos que, em consequência da negação do racismo, geraram a reprodução de práticas racistas (Sodré, 2023a, 2023b), chanceladas pelo Estado Brasileiro com a marginalização dos "indesejados", definindo quem deveria ser o criminoso, como, por exemplo, com a Lei da Vadiagem de 1941 (Brasil, 1941), remontando ao Código Penal de 1890 que criminalizava vadios e capoeiras por não exercerem profissões (Brasil, 1890), mesmo estes sendo excluídos das colocações profissionais de então. Hoje, as políticas de combate às drogas servem ao mesmo propósito, quando, por exemplo, através da lei n. 11.343 de 2006 (Brasil, 2006), postula a diferenciação subjetiva entre traficante e usuário.

Para melhor apreender o tema, Estudos das Relações Étnico-Raciais, recorremos a alguns autores clássicos como Aimé Césaire, Frantz Omar Fanon e Abdias Nascimento.

Césaire denuncia as sequelas da farsa civilizatória e da incapacidade europeia (ocidental) em resolvê-las. Diz que no âmago desta "civilização", estabeleceu-se dentro de cada humanista, burguês, cidadão de bem e cristão, um Hitler, sempre a postos (Césaire, 2010).

Fanon, fala sobre a necessária desalienação do homem negro cooptado pelo processo de inferioridade que o faz querer igualar-se ao homem branco como única possibilidade (Fanon, 2020, 2022).

No Brasil, em 1978, foi publicada uma obra que confrontava o mito da "democracia racial", qual alegava e exportava, mundo afora, a ausência de preconceito no Brasil. Abdias Nascimento (Nascimento, 2016, p. 210) deu a conhecer a política de embranquecimento desde o período da escravidão com a obra *O Genocídio do Negro Brasileiro:* Processo de um Racismo Mascarado (Nascimento, 2016).

Somente em 2003 "se tornou obrigatória a inclusão de conteúdos pertinentes à História e à Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da educação básica" (Costa, 2013, p. 17) pela lei 10.639/03 (Brasil, 2003). Em 2008 tivemos a Lei nº 11.645 (Brasil, 2008) que amplia aos indígenas a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena.

É possível mensurar em que medida a Educação Básica está contemplando o que fora determinado em 2003 e 2008? Leis que reivindicam a necessidade de expor a pluralidade de saberes, identidades e fazem avançarmos no combate ao racismo.

Se faz necessário o reconhecimento das demandas históricas e projetos de educação fundamentado nas lutas sociais e nos saberes ancestrais, que valoriza, respeita e sabe lidar com diferenças, questionando, desde sempre, o currículo oculto, conservador e linear. Há de ser destaque ainda, na formação docente, a necessidade de que o professor tome para si a raça como categoria de análise relevante e oriente suas práticas pedagógicas nas interações entre a comunidade escolar (Gomes, 2011a, 2011b, 2015, 2023), através do Letramento Racial Crítico.

3 Delimitação do estudo e abordagem metodológica

Esta pesquisa enquadra-se na análise qualitativa, é de natureza documental, de cunho exploratório e descritivo. Nosso objetivo geral foi investigar a formação continuada da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso sob o recorte das relações étnico-raciais, desde a perspectiva da leitura crítica e do letramento racial crítico.

Como objetivos específicos, buscamos: a) verificar de que modo as relações étnico-raciais são conceituadas nos documentos selecionados; b) verificar se há orientações sobre a formação docente para uma educação antirracista; c) verificar disponibilidade de cursos de formação continuada no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Educação Profissional (AVADEP) com a temática ERER; e d) verificar aproximações e distanciamentos entre os documentos normativos e as ofertas de cursos pela plataforma.

O *corpus* documental desta pesquisa foi o Ambiente Virtual de Aprendizagem da Educação Profissional (AVADEP), os cadernos do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso e as orientações institucionais relacionadas à Política de formação continuada apresentadas na *Revista Educação 10 Anos*, 2ª edição (Mato Grosso, 2023).

O procedimento de análise foi realizado conforme Cellard (2008), que considera quatro dimensões: contexto de produção, autoria, autenticidade, confiabilidade, natureza do documento, conceitos-chave e lógica interna. Buscamos também realizar a leitura temática e categorial do *corpus*, a fim de identificar trechos relacionados aos objetivos da pesquisa. Para isso estabelecemos quatro categorias de análise, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Categorias de análise documental – questões orientadoras

Categoria	Aspectos observados	Questão orientadora
1. Presença e explicitação das relações étnico-raciais	Ocorrência dos termos relações étnico-raciais, raça, racismo, diversidade, pluralidade e educação antirracista; posição e centralidade da temática nos documentos.	Como a temática é nomeada e qual espaço ocupa no documento?

Quadro 1 – Cont.

Categoria	Aspectos observados	Questão orientadora
2. Leitura crítica e letramento racial crítico	Concepções de leitura, linguagem, letramento, criticidade e relações de poder.	A leitura é apresentada como prática social e crítica? Há articulação com as relações raciais?
3. Formação docente e educação antirracista	Orientações para formação de professores, desenvolvimento profissional, diversidade e educação antirracista.	São propostos conhecimentos e práticas formativas sobre ERER ou letramento racial crítico?
4. Orientações para implementação pedagógica	Estratégias, procedimentos, materiais, exemplos e encaminhamentos para a prática escolar	Os documentos apresentam caminhos concretos para transformar os princípios em práticas pedagógicas?

Fonte: elaborada pelos autores.

Deste modo, a análise documental foi realizada pela triangulação entre três dimensões: a) o que é estabelecido pelos documentos curriculares; b) como a política de formação organiza suas ações; e c) o que encontramos como oferta na plataforma AVADEP. Na seção a seguir, analisaremos essa triangulação à luz das concepções teóricas sobre Leitura Crítica, Letramento Racial Crítico e Ensino para as Relações Étnico-Raciais, fundamentados na Linguística Aplicada Crítica (LAC).

4 Análise e discussão de dados

A formação ofertada pela Política de Formação Continuada dos Professores, destacada na *Revista Educação 10 Anos*, 2ª edição (Mato Grosso, 2023), apresenta os componentes desta política da seguinte maneira: 1. Formação Continuada em Práticas Pedagógicas; 2. Pacto pela Digitalização; 3. Formação dos Projetos Pedagógicos Integrados. E diz que a formação continuada aos professores é

> estruturada por cursos propostos na perspectiva do desenvolvimento profissional docente e visa atender as necessidades de melhoria de aprendizagem dos estudantes, **identificadas a partir dos resultados de avaliações internas e externas** e no seu desempenho na rotina escolar (Mato Grosso, 2023 p. 10, **destaque nosso**).

Quanto às formações referentes à Política de Formação dos Projetos Pedagógicos Integrados, estas agregam parceiros e produtos, norteados por frentes como, a Formação Socioemocional e a Recomposição da Aprendizagem, trazendo formações aos professores sobre como utilizar os materiais previstos para sua aplicação em sala de aula, que conforme o documento, visa oferecer o estudo de temas e assuntos que não são completamente abordados no material escolar regular, compreendendo o estudante numa dimensão mais ampla. Esta política cita a História Afro e Indígena como seu componente, sem, no entanto, definir como isso se dá e quais os caminhos, aparecendo assim:

> **COMPONENTES DESSA POLÍTICA PÚBLICA:**
>
> **1.** Consciência Fonológica
>
> PercepSom.

> **2.** Educação no Trânsito.
> **3.** Redação.
> **4.** Desenvolvimento de Competências em Leitura e Matemática.
> **5. História Afro e Indígena.**
> **6.** Acompanhamento Personalizado das Aprendizagens - APA.
> **7.** Letramento e Alfabetização Linguística.
> 8 – Revitalização dos Espaços das Bibliotecas (Mato Grosso, 2023, p. 24, **destaque nosso**).

O ambiente virtual de aprendizagem, no ato da pesquisa, contava com mais de 200 cursos totais, distribuídos entre os seguintes públicos-alvo: Gestores, Professores, Técnicos Administrativos Educacionais e Apoio Administrativo Educacional, com carga horária variável, entre cursos livres e obrigatórios.

Após uma busca, utilizando algumas palavras-chave, como Educação para as Relações Étnico-Raciais; Relações Étnico-Raciais; Raça; Racismo e Pluralidade, não houve nenhum resultado: zero cursos. Somente quando a busca se deu por Diversidade, apareceu um curso de 40 horas, Sociologia e a Diversidade Étnico-racial: Abordagens Ampliadas no Contexto Brasileiro (CL). Público-alvo: Professores da Educação Básica - Anos Finais e Ensino Médio, com enfoque no componente curricular Sociologia e afirma que os profissionais, ao final do curso estarão capacitados "para atuarem como promotores de uma educação consciente, inclusiva e antirracista, difundindo esses valores nas salas de aula e em toda a comunidade escolar" (Avadep, 2024, s.p.). Tudo isso com 40 horas de formação *online*. Não encontramos nenhum resultado para as palavras-chave Leitura Crítica, Letramento Racial Crítico e Educação para as Relações Étnico Raciais.

Quanto aos materiais normativos da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, temos os Documentos de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC), (Mato Grosso 2018a, 2018b, 2018c, 2018d, 2021), *Concepções para a Educação Básica; Educação Infantil; Ensino Fundamental Anos Iniciais; Ensino Fundamental Anos Finais e; Ensino Médio.*

Nas *Concepções* são apresentados os subsídios para a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos adequando-os à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), onde há uma seção intitulada "Relações Étnico-Raciais na Educação Básica para Mato Grosso" (Mato Grosso, 2018a, p. 74), seis páginas que abordam o "mito da democracia racial". Discute ainda sobre a necessidade do currículo desenvolver a reflexão e consequente avanço social. Cita a Constituição de 1988 (Brasil, 1988), artigos 205 e 206, LDB, (Brasil, 1996), entre outras leis, incluindo a 10.639/03 (Brasil, 2003) e 11.645/08 (Brasil, 2008). Ao fim, estipula que os "objetos de conhecimento" para a promoção de uma "Educação das Relações-Raciais" devem constar em todas as etapas da Educação Básica, sem apresentar, entretanto, de que modo isso ocorrerá,

> Nessa perspectiva, para promover uma Educação das Relações Étnico-Raciais, os objetos de conhecimento devem ser abordados em todas as etapas, modalidades de ensino e também devem ser contemplado [sic] em todos os componentes curriculares e áreas do conhecimento. Assim, vislumbra-se que a Educação das Relações Étnico-Raciais se dá a qualquer tempo ou etapa do ensino. Os objetos de conhecimento devem fazer parte de todo o processo de ensino aprendizagem de forma inter e/ou transdisciplinar, com uma abordagem pautada na desconstrução do racismo (Mato Grosso, 2018a, p. 74).

Ainda, delega aos estabelecimentos de ensino, "autonomia" "para elaborar os Projetos Político-Pedagógicos, no cumprimento do exigido pelo Art. 26-A e 79-B da LDB engajados com o compromisso de promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial nas escolas" (Mato Grosso, 2018a, p. 74).

No caderno de Educação Infantil, capítulo 02, subitem "As possibilidades de experiências com Bebês, Crianças Bem Pequenas e Crianças Pequenas", momento de aquisição e apropriação da linguagem, é sugerido, entre vários campos de experiência:

Apoiar as crianças a desenvolver uma identidade pessoal, um sentimento de

- autoestima, autonomia, **confiança em suas possibilidades e de pertencimento a um determinado grupo étnico-racial, crença religiosa, local de nascimento, etc.;**
- Levar as crianças à [sic] **refletirem sobre os diversos tipos de preconceito, para promover atitudes de respeito, solidariedade e não-discriminação**; (Mato Grosso, 2018b, p. 30-31, **destaque nosso**).

No Caderno dos Anos Iniciais é apresentada a vertente enunciativo-discursiva de linguagem, prevendo a apropriação das diferentes linguagens que deem condição ao educando de respeitar o ponto de vista do outro desde uma perspectiva promotora dos direitos humanos, da consciência ecológica e atuando perante as demandas histórico-contemporâneas. Aborda a necessidade da ação pedagógica intencional, do papel do professor enquanto mediador, apropriado dos conceitos de alfabetização e letramento que tem no estudante um sujeito do conhecimento, trazendo perspectivas socioculturais da construção do conhecimento desde concepções freirianas, em que a leitura é um "Processo que possibilita uma **leitura crítica** da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social" (Mato Grosso, 2018c, p. 28, **destaque nosso**), entre outros autores.

Consta ainda o desafio de universalizar o "acesso às práticas sociais de leitura e escrita", para tanto, o caderno apresenta um subitem com o título "Letramentos e Multiletramentos nos Anos Iniciais" e "Novos letramentos e Multiletramentos: Reflexões Iniciais, trazendo elementos de Magda Soares, Mary Kato e Brian Street. Ao final, o documento apresenta alguns conceitos de letramento para além da área de linguagens como, Letramento Matemático e Letramento Cartográfico, letramentos estes, que devem ser desenvolvidos no âmbito de seus respectivos componentes curriculares, apresentando-os juntamente com Letramento Literário, Letramento Digital, o que provavelmente levou os autores a uma afirmação um tanto problemática, ao dizer que

> com o objetivo de exemplificar o alcance da influência do Letramento nas pesquisas educacionais, ainda que de modo bastante geral, sem aprofundar as discussões sobre as bases epistemológicas a eles imbricadas, **visto que não estão no domínio teórico do componente curricular Língua Portuguesa**, que é o objeto principal de reflexão neste item do documento curricular (Mato Grosso, 2018c, p. 38, **destaque nosso**).

A afirmativa em destaque é considerada problemática pelo fato de que partir da perspectiva dos estudos da linguagem, da linguística aplicada, dos documentos curriculares nacionais, desde a década de 1990 os estudos sobre os letramentos servem de base conceitual e epistemológica para as concepções de ensino de Língua Portuguesa.

O mesmo ocorre com o Caderno dos Anos Finais do Ensino Fundamental, sem nenhuma menção explícita sobre a necessidade de uma Educação Para as Relações Étnico-Raciais, Leitura Crítica e Letramento Racial Crítico. Ao entrar no Campo de atuação, práticas de linguagem, habilidades e objetos de conhecimento, também apresenta uma afirmação problemática sobre os termos Multiletramentos, Novos Letramentos, Letramento Digital, pois, estes não são apresentados como perspectivas teóricas ou concepções de linguagem que orientam as práticas, mas como Práticas Didático Metodológicas: "Propõem-se aqui algumas sugestões de práticas metodológicas/pedagógicas que podem ser exploradas pelos professores como forma de auxiliar no ensino da Língua Portuguesa, na perspectiva contemporânea" (Mato Grosso, 2018c, p. 33).

No campo de atuação práticas de linguagem, habilidades e conhecimentos previstos para esta etapa de ensino, encontramos apenas duas habilidades que se enquadram em nossa categoria de análise, ambas, dentro do campo artístico literário. Dentro do Campo Jornalístico/Midiático, encontramos uma habilidade que poderia enquadrar-se na categoria leitura crítica. Abaixo, estas são apresentadas, respectivamente, no Quadro 2.

No caderno do Ensino Médio, há críticas ao ensino pautado apenas na escrita formal, chamando-o de inadequado e propondo que este seja realizado "a partir da análise do funcionamento da língua" (Mato Grosso, 2021, p. 283), considerando as dimensões, continental, plural e regional do estado, interagindo, ainda, com a cultura nacional e global. O documento traz a área de linguagem dividida em sete Competências Específicas da área de linguagens, das quais três enunciam a interpretação crítica, o respeito às diversidades e o combate aos preconceitos, sem, no entanto, referência direta à Educação Para as Relações Étnico-Raciais, Leitura Crítica e Letramento Racial Crítico, como apresentado no Quadro 3, na página seguinte (Mato Grosso, 2021, p. 292-301).

Em relação às habilidades específica de Língua Portuguesa, são apresentadas cinquenta e duas habilidades, das quais, nenhuma se enquadra em nossas categorias de análise. Apenas quando buscamos pela palavra África, apareceu no campo artístico-literário uma habilidade que se aproxima da nossa análise, como se mostra no Quadro 4 adiante.

O que notamos, ao analisar estes documentos, é que há referência ao tema Relações Étnico-Raciais na DRC, no caderno *Concepções para a Educação Básica,* quando dedica um capítulo às Diversidades Educacionais na Educação Básica, mas que se pulveriza nos documentos subsequentes, dissipando-se em meio a outros termos e conceitos. A seguir, apresentamos os resultados de nossa pesquisa.

Quadro 2 – Documento de referência curricular de Mato Grosso – Ensino Fundamental Anos Finais

HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
(EF67LP28) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes –, romances infanto-juvenis, contos populares, contos de terror, lendas brasileiras, indígenas e africanas, narrativas de aventuras, narrativas de enigma, mitos, crônicas, autobiografias, histórias em quadrinhos, mangás, poemas de forma livre e fixa (como sonetos e cordéis), vídeo-poemas, poemas visuais, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.	Estratégias de leitura. Apreciação e réplica. Textos produzidos em Mato Grossos que tragam aspectos regionais.
(EF69LP44) Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção.	Reconstrução das condições de produção, circulação e recepção. Apreciação e réplica . Relação entre textos . Manifestações artísticas literárias em Mato Grosso. Filmes curta-metragem produzidos em Mato Grosso, em comparação com textos que tratem do mesmo tema.
(EF89LP04) Identificar e avaliar teses/opiniões/ posicionamentos explícitos e implícitos, argumentos e contra-argumentos em textos argumentativos do campo (carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), posicionando-se frente à questão controversa de forma sustentada.	Estratégia de leitura: apreender os sentidos globais do texto. Apreciação e réplica.

Fonte: Mato Grosso, 2018d.

Quadro 3 – Documento de referência curricular de Mato Grosso – Ensino Médio

HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
(EM13LGG103) Analisar o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).	Linguagem corporal: lutas de origem ocidental. Ética e intencionalidade discursiva. Análise, interpretação e produção de textos multimodais. Expressividade artística, alienação e crítica social.
(EM13LGG202) Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.	Relações de poder nas/pelas linguagens. Fenômeno esportivo. Gêneros discursivos.
(EM13LGG302) Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.	Lutas de origem oriental. Movimentos artísticos. Análise de produções culturais nacional, global e local.

Quadro 3 – Cont.

HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
(EM13LGG401) Analisar criticamente textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno (geo) político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.	Dialetos. Línguas não oficiais. Manifestações linguísticas. Translinguismos. Estrangeirismo. Tribos urbanas e suas manifestações. Textos multissemióticos.
(EM13LGG502) Analisar criticamente preconceitos, estereótipos e relações de poder presentes nas práticas corporais, adotando posicionamento contrário a qualquer manifestação de injustiça e desrespeito a direitos humanos e valores democráticos.	Danças Indígenas e de matriz africana. Fenômeno esportivo. Danças urbanas. Danças regionais. Construção cultural das lutas.

Fonte: Mato Grosso, 2021a.

Quadro 4 – Documento de referência curricular de Mato Grosso – Ensino Médio / Língua Portuguesa

HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
(EM13LP52) Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente	Textos literários (literatura brasileira, africana e latino-americana). Crítica literária (estilo, estrutura, aspectos discursivos). Comparação entre textos. Teoria literária. Autoria. Contextualização da obra literária.

Fonte: Mato Grosso, 2021a.

5 Resultados

Como já dito anteriormente, nosso objetivo geral foi investigar de que modo as relações étnico-raciais, desde a perspectiva da leitura crítica e letramento racial crítico estão inseridas na formação continuada de professores da rede estadual de Mato Grosso, levando em conta o que determina a lei 10.639/03 (Brasil, 2003) e, passadas duas décadas, pouco se avançou. Uma das maiores barreiras, podemos dizer, é a falta de apropriação da lei, da história de África, das culturas afro-brasileiras e dos povos originários entre os educadores, ocorrendo uma desresponsabilização geral, facilitado pela não prescrição efetiva por parte dos documentos normativos.

Nosso *corpus* documental foi o Ambiente Virtual de Aprendizagem da Educação Profissional (AVADEP), os cadernos do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso e as orientações institucionais relacionadas à Política de formação continuada apresentadas na *Revista Educação 10 Anos*, 2ª edição (Mato Grosso, 2023).

Verificamos de que modo as relações étnico-raciais são conceituadas nos documentos selecionados, se há orientações sobre a formação docente para uma educação antirracista, se há disponibilidade de cursos de formação continuada no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Educação Profissional (AVADEP) com a temática ERER e, verificamos aproximações e distanciamentos entre os documentos normativos e as ofertas de cursos pela plataforma a partir das quatro categorias de análise que segue no Quadro 5:

Quadro 5 – Categorias de análise documental – síntese da análise

Categoria	Aspectos observados	Síntese da análise
1. Presença e explicitação das relações étnico-raciais	Ocorrência dos termos relações étnico-raciais, raça, racismo, diversidade, pluralidade e educação antirracista; posição e centralidade da temática nos documentos	Ficou evidenciado que os Documentos de Referência Curricular do estado reconhecem institucionalmente a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Os documentos empregam termos como relações étnico-raciais, diversidade, pluralidade, educação antirracista e história e cultura afro-brasileira e indígena, indicando a inserção formal da temática no currículo estadual. Entretanto, verificou-se que essa presença não ocorre de maneira homogênea entre os documentos e componentes curriculares, sendo mais evidente em seções conceituais do que nas orientações específicas para o ensino de Língua Portuguesa.
2. Leitura crítica e letramento racial crítico	Concepções de leitura, linguagem, letramento, criticidade e relações de poder	Os documentos analisados apresentam a leitura como prática social, crítica e voltada à formação cidadã. Entretanto, a articulação entre Leitura Crítica, Letramento racial crítico é inexistente, o que indica a necessidade de uma revisão para a inserção das mesmas nas políticas curriculares e formativas da rede.
3. Formação docente e educação antirracista	Orientações para formação de professores, desenvolvimento profissional, diversidade e educação antirracista	A Análise das políticas de formação continuada revelou o reconhecimento de que a formação docente é um eixo estratégico de desenvolvimento profissional, no entanto os conteúdos relacionados a uma educação antirracista, não consta nas ofertas analisadas. Por isso, se faz necessário apropriação, pelas instituições formadoras dos documentos normativos e referenciais produzidos por pesquisas da área, buscando fortalecer uma formação comprometida com a Lei 10.639/03 e 11.645/08.
4. Orientações para implementação pedagógica	Estratégias, procedimentos, materiais, exemplos e encaminhamentos para a prática escolar	Os documentos analisados não apresentaram qualquer tipo de orientação sobre como desenvolver atividades relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais no componente curricular língua portuguesa, o que indica a necessidade de uma curadoria sobre a produção e oferta de materiais didático-pedagógicos articulando Leitura Crítica, Letramento Racial Crítico e Ensino para as Relações Étnico-Raciais, contribuindo para uma prática docente contextualizada com a realidade sociocultural do estado.

Fonte: elaborada pelos autores

Por fim, esta pesquisa buscou responder a seguinte questão: Como as políticas de formação continuada e os Documentos de Referência Curricular para Mato Grosso incorporam conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, às práticas de leitura e à formação de professores de Língua Portuguesa, em consonância com as Leis nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e nº 11.645/2008 (Brasil, 2008)?

6 Conclusão

Este trabalho teve como objetivo analisar de que modo estão previstos, nas formações ofertadas pela Política de Formação Continuada de Professoras e Professores da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso e nos documentos normativos, os Documentos de Referência Curricular para Mato Grosso (Mato Grosso 2018a, 2018b, 2018c, 2018d, 2021), os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira no ensino e nas práticas de leitura do Componente Curricular Língua Portuguesa, conforme estipulam as leis 10.639/03 (Brasil, 2003) e 11.645/08 (Brasil, 2008).

Notório se faz a urgência de que as instituições formativas se apropriem de tais documentos e leis para efetivamente formarem professores capazes de lidar com as demandas de uma educação crítica, antirracista, libertadora e comunitária. Tais demandas precisam ser vistas com maior acuidade e figurar, não como exceção, mas como regra, nos cursos de Formação de Professores ofertadas pela secretaria, – ainda mais considerando a realidade sócio-histórica e diversa do estado do Mato Grosso, em que os povos afros e indígenas constituem parte de uma herança rica de lutas e conquistas, onde 56% da população de autodeclara parda (IBGE, 2022), onde a gente de cor é maioria desde a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, a vila capital de Mato Grosso, em 1752, onde, nas primeiras duas décadas, em um mapa populacional de 1800, essa população era de mais de 90% (Silva, 2014). Entendemos que a Leitura Crítica, o Letramento Racial Crítico e o Ensino para as Relações Étnico-Raciais podem ser uma via possível para uma escolarização mais efetiva, por isso, afetiva, com conteúdo programático capaz de ter relação imediata com a vida corrente e que busque soluções para os problemas cotidianos e por igualdade, considerando a especificidade de cada ser humano em toda sua integralidade.

Aparecida de Jesus Ferreira seria um excelente pontapé inicial para constar nos cursos de formação de professoras e professores, uma vez que a autora vem desenvolvendo artigos, obras e cursos que são verdadeiros manuais de Letramento Crítico Racial para a Educação para as Relações Étnico-Raciais. Ademais de outras autoras como bell hooks (2017, 2020), Candida Soares da Costa (2013), Conceição Evaristo (2020), Nilma Lino Gomes (2011a, 2011b, 2023; Gomes; Silva 2015), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Gomes; Silva 2015) e, consequentemente, Paulo Freire (1967, 1987, 1989, 1992, 1996, 2001).

Podemos dizer que temos aqui representado uma questão de Política Linguística em escolas do Sul Global, desde Cuiabá, Brasil, donde as narrativas educacionais contemporâneas são problematizadas desde a linguística aplicada híbrida e mestiça, problematizando expectativas e desafios para a formação de professoras e professores críticos-reflexivos, capazes de dialogar com identidades múltiplas e epistemologias diversas e contemporâneas (Lopes, 2006).

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Conceituação: Diego Aureliano, Rosemar Coenga; Curadoria de dados: Diego Aureliano; Análise Formal: Diego Aureliano; Metodologia: Diego Aureliano, Rosemar Coenga; Supervisão: Kleber Silva, Rosemar Coenga; Redação do Manuscrito Original: Diego Aureliano; Redação - Revisão e Edição: Diego Aureliano, Kleber Silva, Rosemar Coenga.

REFERÊNCIAS

AVADEP. *Sociologia e a Diversidade Étnico-racial:* Abordagens Ampliadas no Contexto Brasileiro (CL). Cursos Avulsos, 2024.

BRASIL. *Decreto n.º 847, de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 11 out. 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941*. Lei das Contravenções Penais. Brasília, DF: Presidência da República, 3 out. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. *Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 23 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. *Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei n.º 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular:* educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 26 set. 2026.

CELLARD, André. A análise documental. *In:* POUPART, Jean *et al. A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

COENGA, Rosemar Eurico. *Leitura e letramento literário*: diálogos. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2010.

COSTA, Candida Soares da. Lei n.º 10.639/2003: dez anos de implementação do currículo de educação das relações étnico-raciais. *Momento*, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 17-34, 2013.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In:* DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência*: a escrita de nós. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento Racial Crítico. *In:* MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de (org.). *Suleando conceitos e linguagens*. Campinas: Pontes, 2022. p. 207-214.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Formação de professores raça/etnia*. Cascavel: Ed. da Autora, 2024.

FERREIRA, Aparecida de Jesus; GOMES, Cássio. Letramento racial crítico. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 41, n. 1, p. 123-127, 2019.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*: teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança:* um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia:* saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREIRE, Paulo. *Política e educação:* ensaios. São Paulo, Cortez, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. *In:* FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves; FERNANDES, Alexsandra Borges (org.). *Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011a. p. 39-59.

GOMES, Nilma Lino. O desafio da diversidade. *In:* GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (org.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b. p. 11-26.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (org.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene de (org.). *Infâncias negras*: vivências e lutas por uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2023.

GUIMARÃES, Renata Mourão; SILVA, Kleber Aparecido. Uma aproximação entre o pensamento fronteiriço e o normatizado para o pensar desconstruído e o agir sistematizado em políticas linguísticas. *Revista Desenredo*, v. 20, n. 2, 2024.

GUIMARÃES, Renata Mourão; MATIAS, Dllubia Santclair. S.; SILVA, Kleber Aparecido da. O constructo praxiologia em e para a Linguística Aplicada Crítica: uma releitura freireana. *HUMANIDADES & INOVAÇÃO*, v. 10, p. 43-56, 2023.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico*. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE. *Censo Demográfico 2022*: resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In:* KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

KLEIMAN, Angela B. *Leitura: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 2001.

KRAMER, Sonia. Pão e ouro: burocratizamos a nossa escrita? *In:* BIANCHETTI, Lucídio (org.). *Trama & Texto*. São Paulo: Summus, 2002. p. 177-198.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. *In:* LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008. p. 13-44.

LOPES, Maria Angela Paulino Teixeira. Linguagem e processos de letramento: uma experiência formativa. *In:* KLEIMAN, Angela B.; ASSIS, Juliana Alves (org.). *Significados e ressignificações do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2016. p. 89-110.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso*: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá: SEDUC/MT, 2018a.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso*: Educação Infantil. Cuiabá: SEDUC/MT, 2018b.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso:* Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Cuiabá: SEDUC/MT, 2018c.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso*: Ensino Fundamental – Anos Finais. Cuiabá: SEDUC/MT, 2018d.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso*: Ensino Médio. Cuiabá: SEDUC/MT, 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Educação 10 anos*: o Mato Grosso entre as melhores redes de educação pública do Brasil. 2. ed. Cuiabá: SEDUC/MT, 2023.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NUNES, Rosana Helena; SILVA, Kleber Aparecido. Para uma praxiologia da esperança. *Revista Desenredo*, v. 18, n. 2, 2022.

SILVA, Acildo Leite da. *A civilização pelas águas e a gente de cor*. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

SOARES, Magda. *Letramento*: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor*. Petrópolis: Vozes, 2023a.

SODRÉ, Muniz. Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil. *Folha de S.Paulo*, 18 mar. 2023b.

STREET, Brian. *Letramentos sociais*. São Paulo: Parábola, 2014.